1.3.6 — Proceder à colocação/afetação do pessoal no âmbito da respetiva Unidade;

1.3.7 — Despachar pedidos de tratamento ambulatorio e de dispensa para consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico;

1.3.8 — Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, bem como as ajudas de custo e os reembolsos de despesas de transportes a que haja lugar, nos termos da legislação aplicável;

2 — A competência específica para, e desde que, sejam observados os pressupostos, os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho diretivo sobre a matéria:

2.1 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação das prestações no âmbito dos encargos familiares e encargos no domínio da dependência e da deficiência;

2.2 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação do subsídio de funeral, subsídio de renda de casa e subsídio de lar aos profissionais de seguros;

2.3 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação de subsídios no âmbito da doença, parentalidade e adoção, nas situações de risco clínico durante a gravidez, assistência a filho em caso de deficiência ou doença crónica e assistência a netos;

2.4 — Organizar, instruir e acompanhar os pedidos de reembolso de prestações doença, pagas a beneficiários por atos de responsabilidade de terceiro;

2.5 — Decidir em matéria de atribuição de prestações compensatórias de subsídio de férias, de Natal e outros de natureza análoga;

2.6 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação das prestações de desemprego, subsídio social de desemprego, subsídio único para criação do próprio emprego e de outros legalmente previstos;

2.7 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação de outras prestações e ou compensações pecuniárias relacionadas com a redução temporária dos períodos normais de trabalho, suspensão dos contratos de trabalho ou cessação dos mesmos contratos;

2.8 — Instruir e elaborar o projeto de decisão final, dos procedimentos relativos aos pedidos de pagamentos de créditos emergentes dos contratos de trabalho, garantidos pelo Fundo de Garantia Salarial, com a assessoria técnica da área jurídica e de acordo com as orientações emitidas pelos órgãos gestores do referido Fundo;

2.9 — Decidir sobre a atribuição, suspensão e cessação do Rendimento Social de Inserção, complemento solidário para idosos e de outras prestações do subsistema de solidariedade;

2.10 — Controlar, em articulação com a Unidade de Desenvolvimento social, a subsistência das condições de atribuição de prestações do Rendimento Social de Inserção e de outras prestações do subsistema de solidariedade;

2.11 — Organizar os processos relacionados com a atribuição do complemento por dependência e com a atribuição das prestações diferidas (invalidez, velhice e morte), e reembolso das prestações de funeral, bem como colaborar com o CNP na atualização dos dados do respetivo sistema de informação;

2.12 — Decidir sobre os processos de atribuição de pensão social de invalidez e velhice, pensão de viuvez e orfandade;

2.13 — Organizar os processos de verificação da subsistência de incapacidade temporária para o trabalho nos termos do Decreto-Lei n.º 360/97, de 17/12;

2.14 — Organizar os processos de verificação de incapacidade permanente para o trabalho, com vista à atribuição de prestações que exijam este requisito (invalidez, sobrevivência);

2.15 — Verificar situações de dependência determinantes do direito ao subsídio por assistência a terceira pessoa;

2.16 — Verificar situações de deficiência determinantes do direito ao subsídio mensal vitalício;

2.17 — Verificar a aptidão para o trabalho exigidas para o enquadramento no regime de seguro social voluntário;

2.18 — Confirmar as situações de incapacidade temporária dos beneficiários a receber prestações de desemprego, nos termos previstos na lei;

2.19 — Apoiar as ações médicas no âmbito do sistema de verificação de incapacidades;

2.20 — Determinar a realização de revisões oficiosas das incapacidades, sempre que haja indícios de irregularidades ou as circunstâncias o aconselhem;

2.21 — Autorizar as despesas com transportes em ambulâncias, para a realização de exames médicos;

2.22 — Autorizar as participações devidas aos beneficiários pela participação dos médicos nas comissões de recurso e de reavaliação;

2.23 — Autorizar a realização de despesas efetuadas com o funcionamento das comissões de recurso;

2.24 — Autorizar o pagamento das despesas com a realização de relatórios e pareceres médicos no âmbito dos Serviços de Verificação de Incapacidades (SVI);

2.25 — Autorizar a realização de despesas com o transporte de médicos das Comissões de Verificação das Incapacidades Temporárias e das Comissões de Verificação das Incapacidades Permanentes;

2.26 — Autorizar as despesas relativas aos elementos auxiliares de diagnóstico e exames médicos necessários à avaliação da incapacidade;

2.27 — Autorizar a realização de exames médicos em estabelecimento onde o interessado se encontra ou no seu domicílio;

2.28 — Decidir sobre pedidos de insuficiência económica no âmbito dos Serviços de Verificação de Incapacidades (SVI);

2.29 — Decidir pedidos de justificação de faltas de comparência dos interessados aos exames para que foram convocados, com exceção dos que forem do foro médico;

2.30 — Providenciar pelo controlo da prova de direitos e sua influência na atribuição, montante e processamento de prestações;

2.31 — Praticar todos os atos que visem o normal processamento das prestações e evitar o processamento indevido de prestações;

2.32 — Efetuar a articulação transversal adequada à prossecução dos seus objetivos;

2.33 — Desenvolver todas as ações tendentes a evitar o processamento indevido de prestações;

2.34 — Proceder ao tratamento das reclamações resultantes das notas de restituição de prestações indevidamente pagas, assim como anulação de notas de reposição emitidas indevidamente;

2.35 — Garantir a aplicação dos procedimentos definidos, numa perspetiva de melhoria contínua da gestão de processo das áreas de prestações, contribuintes, enquadramento e vinculação;

2.36 — Identificar e informar superiormente as atuações desviantes dos procedimentos adotados mais significativas, de modo a garantir a boa uniformização a nível nacional;

2.37 — Assegurar o atendimento presencial, de acordo com os níveis de qualidade definidos;

2.38 — Promover e proporcionar o acesso à informação veiculada superiormente aos colaboradores do atendimento;

2.39 — Responder às solicitações escritas dos cidadãos, remetidas por escrito (carta ou e-mail), dentro dos prazos legalmente fixados;

2.40 — Aplicar as medidas definidas a nível nacional, de forma a garantir uma atuação eficaz e normalizada do atendimento;

2.41 — Identificar e comunicar as ações de melhoria decorrentes da prática do atendimento, proporcionado assim, um aumento da qualidade de serviços, a nível nacional;

2.42 — Decidir as reclamações do atendimento de acordo com os imperativos legais, bem como identificar e implementar as ações de melhoria corretiva ou preventiva que resultem dessas mesmas reclamações.

2.43 — Coordenar todo o atendimento presencial dos postos de atendimento do Centro Distrital, proporcionando e promovendo a uniformização da informação e de procedimentos;

2.44 — Gerir o correio eletrónico institucional e os pedidos rececionados pelo VIA Segurança Social;

2.45 — Emitir declarações com informação relativa a situações de beneficiários, observados os condicionalismos e limites legais;

2.46 — Elaborar participações das infrações de natureza contraordenacional em matéria de segurança social, bem como notícias crime relativamente a ações e omissões que indiciem a prática de eventuais ilícitos criminais, designadamente crimes contra a segurança social;

2.47 — Atribuir, no âmbito das relações internacionais, as prestações legalmente devidas;

2.48 — Garantir a atualização dos dados do sistema de informação;

3 — A presente delegação/subdelegação de competências produz efeitos imediatos e por força da sua entrada em vigor, ficam desde já ratificados todos os atos entretanto praticados pela dirigente subdelegada, no âmbito das matérias abrangidas pela presente despacho de subdelegação de competências e nos termos do artigo 137.º do CPA.

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, as competências agora delegadas podem ser objeto de subdelegação.

28 de março de 2012. — O Diretor de Segurança Social, *Jacinto Dias*.

205988804

Centro Distrital de Lisboa

Despacho n.º 5495/2012

Subdelegação de Poderes

Ao abrigo do preceituado nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram delegados e ou subdelegados pelo Diretor de Segurança Social do Centro Distrital

de Lisboa através do Despacho n.º 16809/2011, de 21 de novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 238, de 14 de dezembro, delegeo e subdelego os seguintes poderes, na Chefia de Equipa de Processamentos de Ação Social, Carla Maria Salgueiro Monteiro:

1 — Em matéria de recursos humanos, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo:

1.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas.

1.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respetivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

1.3 — Autorizar férias anteriores à aprovação do plano anual, bem como o respetivo gozo, nos termos do regime jurídico de pessoal aplicável;

1.4 — Solicitar a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, nos termos da lei em vigor, em função do estatuto jurídico de trabalho em causa;

2 — A presente delegação é de aplicação imediata, ficando, assim, ratificados os atos praticados pela delegada que se insiram no seu âmbito.

17 de dezembro de 2011. — A Diretora da Unidade de Desenvolvimento Social, *Maria da Conceição Abreu França*.

205984032

Despacho n.º 5496/2012

Subdelegação de poderes

Nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Diretor Adjunto de Segurança Social do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, I. P., através do Despacho n.º 218/2012 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2012, subdelego na Diretora do Núcleo de Consultadoria e Contencioso, licenciada Sandra Cruz Leitão, a competência para a prática dos seguintes atos

1 — Em matéria de gestão em geral, de gestão financeira e contabilidade e de administração e património, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas sobre a matéria:

1.1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, com exceção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando as situações de mero expediente ou de natureza urgente;

1.2 — Promover as ações adequadas ao exercício pelos interessados do direito à informação e à reclamação;

1.3 — Planear, programar e avaliar as atividades da respetiva Unidade/Núcleos, no quadro do plano de atividades do ISS, I. P., bem como elaborar os planos e relatórios de atividades e proceder à respetiva avaliação, nas áreas que lhe são próprias;

1.4 — Desenvolver ações de modernização e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

2 — Em matéria de recursos humanos, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo:

2.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas;

2.2 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respetivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

2.3 — Autorizar férias anteriores à aprovação do plano anual, bem como o respetivo gozo;

2.4 — Solicitar a verificação domiciliária da doença e a realização de juntas médicas, nos termos da lei em vigor;

2.5 — Autorizar o pagamento de trabalho extraordinário ou suplementar, de trabalho noturno, de trabalho em dia de descanso semanal, obrigatório e complementar, e em feriado, com exceção do pessoal dirigente e de chefia, desde que respeitados os pressupostos e os limites legais aplicáveis, cuja realização tenha sido prévia e superiormente autorizada pelo Diretor do Centro Distrital ou a quem tenha sido delegada essa competência;

2.6 — Autorizar o pagamento das despesas inerentes a deslocações, designadamente as ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte a que haja lugar, nos termos da legislação aplicável, desde que previamente autorizadas pelo Diretor do Centro Distrital ou a quem tenha sido delegada essa competência.

3 — Em matéria de proteção jurídica, observadas as orientações técnicas do Conselho Diretivo:

3.1 — Decidir os requerimentos de proteção jurídica que se situem na área geográfica de intervenção do Centro Distrital, nos termos da Lei n.º 34/2004, de 29 julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2007 de 28 de agosto;

3.2 — Apreciar os recursos de impugnação interpostos em conformidade com o artigo 27.º, n.º 1 e 3, da referida lei, mantendo ou revogando o despacho proferido;

3.3 — Remeter ao Tribunal competente o processo administrativo, de acordo com o artigo 28.º do mesmo diploma;

3.4 — Requerer a quaisquer entidades informações adicionais relevantes para a instrução e decisão dos pedidos de proteção jurídica;

3.5 — Assinar todo o expediente relativo a estes processos, nomeadamente o endereçado aos requerentes ou seus representantes, aos tribunais e à Ordem dos Advogados;

3.6 — Retirar a proteção jurídica, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2007 de 28 de agosto;

3.7 — Requerer, ao abrigo do n.º 4 do artigo 8.º -B do mesmo diploma, a quaisquer entidades, nomeadamente a instituições bancárias e administração tributária, o acesso a informações e documentos tidos como relevantes para a instrução e decisão dos processos em causa.

4 — Autorizar o pagamento das multas, preparos e custas judiciais nos processos e ações judiciais em que a representação do ISS, I. P., seja assegurada pelo Centro Distrital.

5 — Reclamar os créditos da segurança social em processos judiciais e acompanhar os respetivos trâmites processuais.

6 — Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, a presente subdelegação de competências é de aplicação imediata, considerando-se ratificados todos os atos que se insiram no seu âmbito praticados pela delegada.

10 de janeiro de 2012. — O Diretor da Unidade de Assuntos Jurídicos e Contencioso, *Nuno Miguel dos Santos Silva*.

205986439

Despacho n.º 5497/2012

Subdelegação de poderes

Nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código de Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Diretor Adjunto de Segurança Social do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, I. P., através do Despacho n.º 218/2012 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2012, subdelego na Chefia de Equipa do Apoio Judiciário, da Unidade de Assuntos Jurídicos e Contencioso, licenciada Ana Maria Leal Taboas, na Técnica Superior, licenciada Ana Marta Pinheiro Antunes, na Técnica Superior, licenciada Antónia Maria Mourato Calhau Gonçalves, na Inspectora Principal, licenciada Lília Maria Ramalho do Carmo Guia, na Técnica Superior, licenciada Luísa Margarida Barros Correia, na Técnica Superior, licenciada Rute Isabel Miranda Pinheiro, na Técnica Superior, licenciada Sónia Patrícia Amorim Silva Dantas e na Técnica Superior, licenciada Susana Raquel Fernandes Vieira Martins, a competência para a prática dos seguintes atos, observadas as orientações técnicas do Conselho Diretivo:

1 — Decidir os requerimentos de proteção jurídica que se situem na área geográfica de intervenção do Centro Distrital, nos termos da Lei n.º 34/2004, de 29 julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2007 de 28 de agosto;

2 — Apreciar os recursos de impugnação interpostos em conformidade com o artigo 27.º, n.º 1 e 3, da referida lei, mantendo ou revogando o despacho proferido;

3 — Remeter ao Tribunal competente o processo administrativo, de acordo com o artigo 28.º do mesmo diploma;

4 — Requerer a quaisquer entidades informações adicionais relevantes para a instrução e decisão dos pedidos de proteção jurídica;

5 — Assinar todo o expediente relativo a estes processos, nomeadamente o endereçado aos requerentes ou seus representantes, aos tribunais e à Ordem dos Advogados;

6 — Retirar a proteção jurídica, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto;

7 — Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, a presente subdelegação de competências é de aplicação imediata, considerando-se ratificados todos os atos que se insiram no seu âmbito praticados pelos delegados.

10 de janeiro de 2012. — O Diretor da Unidade de Assuntos Jurídicos e Contencioso, *Nuno Miguel dos Santos Silva*.

205986771